

Portugal e Espanha podem pescar até 14.600 toneladas de sardinha em 2018

5 de Abril, 2018

A Comissão Europeia aprovou o plano da pesca da sardinha para os próximos cinco anos, fixando para 2018 o limite de capturas em 14.600 toneladas, a dividir entre Portugal e Espanha, revelou ontem a associação do setor, de acordo com a Lusa. O plano atribui a Portugal 9.709 toneladas (66,7%) e a Espanha 4.891 toneladas (33,5%) e define que 50% do total de capturas sejam concretizadas até ao final de julho, deixando as restantes 7.300 toneladas para os meses seguintes, explica a Associação das Organizações de Produtores da Pesca (ANOP) do Cerco em nota de imprensa.

Contactado pela Lusa, o Ministério do Mar apenas esclareceu que “a Comissão Europeia considerou muito razoável a abordagem de precaução do Plano apresentado, com uma quota de 7.300 toneladas até final de julho de 2018”, a repartir entre os dois países, adiantando que a estratégia vai ser ainda apreciada pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES, sigla em inglês). A ANOP Cerco saudou a aprovação do Plano de Gestão Plurianual da Pesca da Sardinha, que foi apresentado em dezembro de 2017 com vista à gestão sustentável do recurso, política que obrigou, nos últimos anos, os pescadores a restringir a pesca em prol da melhoria do *stock*.

A ANOP Cerco defendeu que “as possibilidades de captura de sardinha em 2018 para a frota portuguesa poderão vir a ser alargadas”, propondo a reavaliação da quota para as 15 mil toneladas até julho. A posição, “além de estar em total consonância com o Plano de Gestão da Sardinha aprovado pela Comissão, permitirá assegurar uma melhor programação e gestão da atividade anual da frota e será um importante contributo para diminuir o crescente desfasamento temporal que se verifica entre a informação científica relevante e as consequentes medidas de gestão que lhe estão diretamente ligadas”, afirma.

A ANOP Cerco sustenta a sua posição no próprio Plano de Gestão, que “reconhece e valoriza a melhoria em 32% da biomassa que ocorreu em 2016 e em 2017”, indo ao encontro da posição que assumiu em outubro, mesmo antes de, em março deste ano, terem sido divulgados dados científicos, que apontaram para uma melhoria do estado do *stock* de sardinha. Além disso, lembra que o plano prevê “a possibilidade de, em cada ano, em junho, aquando da avaliação anual do recurso, poderem ser recalculadas as estimativas de capturas para os diversos cenários e ajustadas as possibilidades de pesca para ambos os países”.

Também os resultados do cruzeiro científico realizado em dezembro pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) apontam para 120 mil toneladas de sardinha entre Caminha e o Cabo Espichel, um acréscimo de 110% face à biomassa que tinha sido avaliada em dezembro de 2016” (57 mil toneladas). “Este aumento significativo da dimensão da biomassa de sardinha está a ser diariamente detetado e confirmado pelas frotas de cerco e de arrasto que se encontram em atividade de norte a sul do país”, refere a ANOP

Cerco.

Já em outubro, recorda, o ICES previa vários cenários de pesca para 2018, entre as 18 mil toneladas e as 24 mil toneladas para ambos os países, no relatório divulgado em outubro de 2017. Os limites anuais de capturas de sardinha desceram entre 2011 (53.616 toneladas) e 2015 (13.387), tendo subido ligeiramente em 2016 (13.698) e 2017 (14.694). Para a ANOP Cerco, as “medidas mais restritivas e condicionadoras da atividade da frota de pesca de cerco”, que ainda se mantêm em vigor, foram responsáveis pela melhoria das possibilidades de pesca.

A ministra do Mar vai ser ouvida em 17 de abril no parlamento, mas já disse que não vai analisar a hipótese de reavaliar a quota até ter os resultados do segundo cruzeiro científico, previsto ocorrer este mês. Ana Paula Vitorino vai ser chamada à Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar para prestar esclarecimentos sobre a questão, depois de os deputados da Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar terem aprovado por unanimidade um requerimento do PCP nesse sentido.

A pesca da sardinha está proibida desde outubro de 2017 e vigora até ao final deste mês de abril, período durante o qual o Ministério do Mar paga aos pescadores para não trabalharem.

**Foto de Reuters*